

COMDEMA

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

GESTÃO 2021/2023

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

LOCAL: Reunião Híbrida: presencial no Campus Anchieta, Prédio 3 – Auditório, e via aplicativo Google Meet

DATA: 18/10/2023

Em dezoito de outubro de dois mil e vinte e três, **em formato híbrido**, sendo reunião presencial no Campus Anchieta, Prédio 3, Auditório, e remoto por meio da Plataforma GoogleMeet via aplicativo Google Meet, às 14:12, horário da primeira convocação, com 16 conselheiros presentes, somados os dois ambientes, foram abertos os trabalhos do Conselho de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, em Reunião Extraordinária, pela Presidente Silvia Merlo, o qual deu início aos trabalhos de acordo com a **pauta única** da reunião.

Parecer da Câmara Técnica de Uso de Ocupação do Solo sobre a proposta de alteração do Plano Diretor – Lei 9.321/2019

Histórico:

Na data de 12/07/2023, na 21ª. Reunião Ordinária do Comdema, a Câmara Técnica de Uso e Ocupação do Solo, recebeu uma minuta de proposta de revisão do Plano Diretor, Lei 9321/19, para analisar e emitir o parecer técnico.

Esta Câmara Técnica se debruçou nos estudos e análise dessa minuta, o que demandou diversas reuniões, porém, quando já estávamos concluindo nossos estudos e prestes a elaborar o Parecer, na data de 06/10/2023 fomos surpreendidos com o recebimento de nova Minuta, com supressão de alguns dispositivos e acréscimos de outros e juntamente com essa minuta um cronograma (Ofício UGPUMA nº 041/23) com os próximos passos.

Novamente esta CT iniciou novas reuniões em continuidade aos estudos.

Observamos uma minuta mais robusta, porém, com a mesma deficiência da minuta anterior, falta de justificativas técnicas para algumas alterações propostas.

Diante do documento que nos foi apresentado e não justificado, fizemos o possível para analisar com ponderação e com foco nas questões ambientais. Assim, segue abaixo nosso parecer, que submetemos a apreciação e votação da plenária.

A Minuta abaixo é exatamente a que recebemos em 06/10/2023, com acréscimos em letra na cor vermelha efetuados pela Administração.

Nosso parecer e comentários estão em letra Arial (14) modo Itálico, e o fizemos exatamente na Minuta apresentada, visando facilitar a apresentação para a Plenária do Comdema.

Minuta SEI N° 17.992/2022

*** MINUTA DE DOCUMENTO**

LEI N° DE DE DE 2022

(Ementa)

(Preâmbulo)

Art. 1º A Lei Municipal nº 9.321, de 11 de novembro de 2019, que revisou o Plano Diretor de Jundiaí, passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

(...)

(Comdema)

"**Art. 64.** (...)

(...)

§ 1º Fica criado o Fundo Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais – FMPSA, e respectivo Conselho Gestor, a ser regulamentado no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da aprovação desta Lei e destinado ao pagamento das despesas decorrentes do Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais.

§ 2º O Conselho Gestor do FMPSA será composto por representantes das Unidades de Gestão de Agronegócio, Abastecimento e Turismo (UGAAT) e de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (UGPUMA), da DAE S.A. - Água e Esgoto e do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA.

§ 3º A DAE S.A. repassará ao FMPSA, mensalmente, recursos provenientes da contribuição para proteção dos mananciais, a ser cobrada junto com a tarifa de água e esgoto, de acordo com critérios a serem instituídos na lei de regulamentação do FMPSA.

§ 4º Os recursos do FMPSA serão distribuídos entre os proprietários das áreas com extensão de vegetação nativa ou objeto de ações de reflorestamento com extensão a partir de 2.000 m² (dois mil metros quadrados).

§ 5º O valor do montante destinado a cada propriedade será proporcional à área efetivamente preservada ou cultivada e será definido, anualmente, pelo Conselho Gestor do FMPSA.

(...)

- Art. 64. Ajustar o artigo, pois encontra-se incoerente com a legislação do PSA já existente.

"Art. 69. (...)

(...)

Parágrafo único. O sistema de mobilidade urbana está definido no Plano Municipal de Mobilidade Urbana, conforme Lei Municipal nº 9.752, de 26 de abril de 2022."

(...)

"Art. 103. (...)

(...)

§ 5º Nos imóveis de uso industrial serão admitidas taxas de ocupação superiores à estabelecida para a respectiva zona de uso do solo mediante o pagamento de outorga onerosa, desde que:

I – o aumento da taxa de ocupação não exceda 15% (quinze por cento) da taxa definida para a respectiva zona de uso de solo e;

II – seja instalado um sistema de infiltração de águas pluviais equivalente à permeabilidade do dobro da área excedente de ocupação."

(...)

"Art. 104. (...)

(...)

§ 6º No caso do aumento da taxa de ocupação, o valor da contrapartida financeira correspondente à outorga onerosa será determinado da seguinte forma:

$C = Fa \times V \times At (TO_e - TO)$, onde:

C = Contrapartida financeira referente à outorga onerosa;

V = Valor Venal unitário do terreno;

At = Área do terreno;

TO_e = Taxa de ocupação efetivamente utilizada expressa em %;

TO = Taxa de ocupação da zona de uso do solo expressa em % e;

Fa = Fator ambiental definido abaixo:

Diferença entre a TO _e e a TO (TO _e - TO) em %	Fator Ambiental F _a
Até 5 %	0,05
Entre 5% e 10%	0,10
Entre 10 % e 15%	0,15

(...)

"Art. 124. (...)

(...)

II - empreendimentos ou atividades de comércio e serviço ou industriais localizados na Macrozona Urbana, exceto na Zona de Uso Industrial ou no Corredor de Desenvolvimento Regional, com área construída igual ou superior a 3.000 m² (três mil metros quadrados);

III - empreendimentos ou atividades de comércio e serviço, exceto industriais, localizados na Zona de Uso Industrial ou no Corredor de Desenvolvimento Regional, com área construída igual ou superior a 10.000 m² (dez mil metros quadrados);

(...)

Parágrafo único. Aos empreendimentos sujeitos à elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV/RIV), não será aplicada a Lei Complementar Municipal n° 523, de 19 de setembro de 2012.”

(...)

“Art. 126. (...)

(...)

IV – Empreendimentos internos a condomínios ou conjuntos de comércio, serviço ou indústria regularmente licenciados.”

(...)

"Art. 129. (...)

§ 1º A autorização da UGPUMA para licenciamento de construção ou ampliação estará condicionada à:

I - formalização do Termo de Compromisso firmado pelo proprietário e responsável pelo empreendimento, se houver, ou pelos seus representantes legais e pelo Município, responsabilizando-se pela realização de todas as medidas previstas no parecer conclusivo mencionado nesta Lei;

II - apresentação de um cronograma para o cumprimento de todas as obrigações previstas no Termo de Compromisso. (...)"

(...)

"Art. 136. (...)

(...)

III - atividades de comércio e serviço do Grupo 6, quando implantadas em imóveis com área de terreno igual ou maior a 1.000 m² (um mil metros quadrados), exceto os localizados na Zona de Uso Industrial ou no Corredor de Desenvolvimento Regional;

(...)

VIII - atividades de comércio e serviço em qualquer zona de uso do solo, que contenham serviço de "drive-thru", independentemente da área construída."

(...)

"Art. 138. (...)

(...)

IV – Empreendimentos internos a condomínios ou conjuntos de comércio, serviço ou indústria regularmente licenciados."

(...)

"Art. 183. (...)

(...)

I - considerar o Plano Municipal pela Primeira Infância (2022-2032), o Plano Municipal Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente de Jundiaí (2018 - 2028) e outros que venham a ser criados com foco na política da primeira infância como referências para as ações urbanísticas a serem planejadas e executadas no âmbito do Município;

(...)

§ 2º O Grupo de Trabalho Criança na Cidade é formado por representantes do Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente e das seguintes Unidades de Gestão:

- I - Planejamento Urbano e Meio Ambiente;
- II - Cultura;
- III - Educação;
- IV - Esporte e Lazer;
- V - Saúde;
- VI - Assistência Social;
- VII - Mobilidade e Transporte;
- VIII - Serviços Públicos;
- IX - Abastecimento, Agronegócio e Turismo.
- X - Governo e Finanças
- XI - Comunicação
- XII - Departamento de Água e Esgoto

(...)

Capítulo XI

Da Política Municipal de Mitigação das Mudanças Climáticas

“Art. 185-A. São objetivos da Política Municipal de Mitigação das Mudanças Climáticas:

- I - Identificar os desafios ambientais locais, indicando fragilidades e oportunidades locais para lidar com cada uma delas, minimizando seus efeitos negativos;
- II - Identificar ações de defesa contra as consequências das mudanças climáticas ou os eventos meteorológicos e climatológicos extremos como inundações, deslizamentos, enchentes, raios, estiagem, queimadas, incêndios, chuvas de granizo, geadas e ondas de frio;
- III - Identificar ações de combate às causas das mudanças climáticas, ou da crescente elevação da temperatura média do planeta, que incluam medidas para redução da poluição e de captura de CO² da atmosfera e, principalmente, o enfrentamento de atuais hábitos de vida e de consumo, o que se traduz em uma ação de solidariedade para com todos os povos do planeta e para com aqueles que virão;
- IV - Envolver a participação social nas ações de adaptação e de mitigação das mudanças climáticas;

V - Estabelecer formas efetivas de cooperação entre cidades vizinhas para o enfrentamento de questões regionais, desde o planejamento do uso do território até a implantação de infraestrutura e de serviços públicos de interesse regional, de modo que o município de Jundiá – e de forma especial o Poder Executivo – possa assumir o protagonismo na coordenação das ações para sustentabilidade ambiental na região.”

“**Art. 185-B.** São diretrizes da Política Municipal de Mitigação das Mudanças Climáticas:

I - Firmar um compromisso oficial e público da administração municipal, a fim de reconhecer a relevância da agenda do clima, bem como promover o engajamento das Unidades de Gestão, demais órgãos públicos e outros setores importantes da sociedade local, tais como ONGs, iniciativa privada e universidades;

II - Elaborar e monitorar um inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE), identificando as fontes e sumidouros e a respectiva contabilização das emissões e remoções dos gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera, resultantes das atividades humanas;

III - Conhecer a vulnerabilidade climática do município, identificando as ameaças de ocorrências de eventos extremos;

IV - Elaborar um Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas, que possa orientar o município nas ações para reduzir os danos das mudanças climáticas, assim como para aproveitar as oportunidades apresentadas, considerando os recursos econômicos e tecnológicos disponíveis; as desigualdades sociais existentes; a disponibilidade de informações e a capacidade institucional; o acesso a recursos naturais e a serviços ecossistêmicos; as tensões e o estresse preexistentes.

V – Incluir no Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas um Plano de Ação que contenha:

a) Detalhamento das ações essenciais para redução até 2030 de 50% das emissões de gases de efeito estufa do município de Jundiá;

b) Cronograma de implementação das medidas necessárias para fortalecer a resiliência do Município, reduzindo as vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais da população e aumentando sua capacidade de adaptação.

VI - Ampliar e aprimorar as seguintes ações realizadas pelo município:

a) Arborização Urbana;

b) Aumento da permeabilidade do solo;

c) Fiscalização das caixas de retenção nas instalações prediais;

d) Campanhas de conscientização ambiental;

e) Aumento da capacidade de combate a incêndios;

f) Conservação da Mata Atlântica e Cerrado;

- g) Criação de oportunidades de trabalho;
- h) Oferta de cursos para capacitação profissional;
- i) Desassoreamento de cursos d'água;
- j) Fiscalização das áreas rurais e Serra do Japi;
- k) Implantação de ciclovias e ciclofaixas;
- l) Melhoria do transporte coletivo;
- m) Melhoria das condições dos passeios públicos;
- n) Monitoramento da qualidade do ar;
- o) Obras de combate a inundações: bacias e canais;
- p) Obras de combate a deslizamentos;
- q) Pagamento por Serviços Ambientais – PSA;
- r) Programa Hortas Urbanas;
- s) Programa de mobilidade ativa ‘Entre a Casa e a Escola’ e outros;
- t) Requalificação do Vale do Rio Jundiáí.”

(...)

“Art. 202 (...)

(...)

§ 4º Nas Zonas de Preservação de Bairros (ZPB) em a ocupação estiver consolidada com o uso residencial unifamiliar, as áreas a serem requeridas como ZEIS 2 voltadas para as vias de acesso ao lote ou vias de circulação não poderão abrigar a construção de edifícios para habitação multifamiliar vertical.”

(...)

“Art. 211. (...)

(...)

§ 2º As áreas da ZEPAM situadas ao longo do Rio Jundiáí, à jusante da Rodovia dos Bandeirantes, poderão ser ocupadas com os parâmetros

construtivos e usos do solo das zonas ZQB ou ZUI, definidos pela UGPUMA no processo de licenciamento de cada caso com base na análise urbanística do entorno, quando atendidas as seguintes condições:

I - não constituam APP nem possuam manchas de mata nativa, Mata Atlântica ou Cerrado;

II - estejam situadas a uma distância igual ou superior a 200 (duzentos) metros do eixo do canal do Rio Jundiá;

III - estejam situadas, em virtude do perfil natural ou de execução de aterramento, em uma cota pelo menos 1,00 (um) metro acima do nível de inundação do Rio Jundiá, consideradas as vazões de projeto correspondentes ao período de retorno de 100 anos, conforme o Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Jundiá elaborado pela Agência das Bacias PCJ.”

(Comdema)

- *Artigo 211*

§ 3º - *Observação: Dependerá de regulamentação para compensação do impacto gerado para evitar subjetividade.*

(...)

"**Art. 216.** O sistema viário do Município é constituído pelas vias existentes e projetadas, quer sejam municipais, estaduais ou federais, indicadas parcialmente no Mapa 2 do Anexo 1, que faz parte integrante desta Lei.

Parágrafo único. As diretrizes viárias indicadas no Mapa 2 representam os estudos existentes até a data de publicação da Lei, podendo ocorrer atualizações ou inserções pela UGPUMA, disponibilizadas no Portal GeoJundiá."

(...)

"**Art. 217.** (...)

(...)

§ 1º A classificação funcional das vias conforme a Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, denominada de Código de Trânsito Brasileiro – CTB, será definida pela autoridade municipal de trânsito, independentemente das funções urbanísticas, conforme previstas neste artigo.

(Comdema)

- Artigo 217

§ 1º - Observação: Quem deverá fazer as classificações das vias será Planejamento em conjunto com a UGMT.

(...)

§ 4º Ao longo do Rio Jundiáí, em toda a extensão no município, serão definidos alinhamentos que determinarão o afastamento das construções em relação ao curso d'água, assegurando os espaços necessários para a implantação do canal, do parque linear e da infraestrutura de mobilidade, de acordo com o projeto de cada trecho, observadas as seguintes dimensões mínimas:

Trecho compreendido entre:	Dimensões mínimas (m)	
	Largura do Canal	Afastamento da borda do canal
I – Divisa com o Município de Várzea Paulista e Avenida São João	34,00	33,00
II – Avenida São João e Rua Castro Alves	34,50	32,75
III- Rua Castro Alves e Rodovia dos Bandeirantes	36,00	32,00
IV – Rodovia dos Bandeirantes e Avenida Daniel Pellizari	50,00	200,00
V – Avenida Daniel Pellizari e a divisa com o município de Itupeva	54,00	200,00

(...)

"Art. 220. (...)

(...)

§ 1º A classificação urbanística das vias existentes, quando não identificada nesta Lei, será realizada mediante decreto do Executivo, ouvida a Unidade de Planejamento Urbano e Meio Ambiente (UGPUMA), com base na manifestação do Grupo Técnico de Mobilidade.

(...)

§ 4º As diretrizes viárias municipais atendem a dinâmica do planejamento viário e o ordenamento do território e compreendem as novas vias e respectivas conexões viárias necessárias à mobilidade urbana e os alargamentos viários para qualificação da infraestrutura de mobilidade, priorizando os modos sustentáveis de deslocamento.

§5º As Certidões de Diretrizes Viárias têm validade de 180 (cento e oitenta) dias e atestam a existência de estudos e diretrizes viárias pelo poder público contendo as conexões pretendidas por novas vias, as larguras projetadas para a remodelação do viário e as seções pretendidas para orientar projetos viários, desapropriações e decretos de utilidade pública."

(Comdema)

- *Artigo 220*

§ 5º - *Mudar para 2 anos, devido à insegurança nos prazos para elaborar os projetos em geral.*

(...)

"**Art. 221.** (...)

(...)

§ 1º As larguras mínimas das novas vias, com exceção das situadas em ZEIS ou ZERF, são as estabelecidas no Quadro 4, a seguir:

Quadro 4 - Larguras mínimas de novas vias

Larguras mínimas de novas vias (metros)					
Categoria de Via	Largura Total	Leito Carroçável	Largura da Calçada	Ciclovía + faixa serviço	Canteiro Central
Ciclovía	3,50	-	-	2,60 + 0,90	
Via de pedestres	10,00	-	10,00	-	-
Tráfego Seletivo	8,00	8,00		-	-
Acesso ao lote com balão	13,00	7,00	3,00	-	-
Acesso ao lote sem balão	14,00	8,00	3,00	-	-
Circulação	15,00	9,00	3,00	-	-
Indução	21,00	9,00	3,30	2,5 + 0,90	-
Concentração	23,00	9,00	4,25	2,5 + 3,00	-
Estrutural	40,00	2 x 10,50	5,00	-	9,00
Via Estrutural Marginal	15,00	7,00	1,50 2,60	2,50+0,90	

§ 4º Nas vias de acesso ao lote sem saída, deverão ser executados balões de retorno com dimensões tais que permitam a inscrição de um círculo com raio mínimo de 15,00 m (quinze metros).

(...)

§ 9º A implantação de vias marginais às rodovias poderá restringir-se ao trecho necessário para garantir segurança ao acesso aos terrenos lindeiros e deverá ser autorizada mediante a aprovação de projeto específico, independentemente do parcelamento do solo.

(...)

§ 13. As áreas atingidas por diretrizes viárias que forem doadas ao Município sem a implantação da via prevista deverão ter dimensões e condições que permitam a execução das obras respectivas, incluindo, quando necessário, os espaços para taludes e obras de contenção."

(...)

"Art. 228. (...)

(...)

§ 2º Será admitida a constituição de condomínios nos termos do artigo 1.358-A do Código Civil desde que a fração ideal associada a cada unidade autônoma seja igual ou superior à cota mínima de terreno de cada unidade habitacional horizontal definida para a respectiva zona de uso do solo e que

sejam atendidas todas as demais condições previstas para a implantação de conjuntos habitacionais horizontais."

(...)

"**Art. 229.** Quando implantadas em glebas com área de até 40.000 m² (quarenta mil metros) as habitações multifamiliares horizontais ou verticais poderão destinar, mediante análise e parecer favorável da UGPUMA, como Áreas Livres de Uso Público - ALUP e as Áreas de Equipamento Urbano Comunitário - AEUC outros imóveis urbanos situados na mesma sub-bacia de afluentes do Rio Jundiáí, exceto em áreas do Território de Gestão da Serra do Japi, tal como definido na Lei Complementar Municipal nº 417 de 29 de dezembro de 2004.

(...)"

(Comdema)

- *Artigo 229:*

Observação: Manter parágrafo único do art. 229 do Plano Diretor.

(...)

"**Art. 234.** (...)

(...)

§ 1º A instalação de atividades de oficina mecânica, troca de óleo e lavagem de carros nas áreas objeto da Lei Municipal nº 2.405, de 10 de junho de 1980, dependerá da análise e autorização da concessionária dos serviços de abastecimento de água do Município, bem como do atendimento das condições que ela determinar.

§ 2º A publicidade das atividades de Comércio ou Serviço nas vias de circulação da Zona de Preservação de Bairros (ZPB) limitar-se-á a anúncios

indicativos, não luminosos, com área máxima de 0,5 m² (meio metro quadrado) para cada 10 m (dez metros) de testada do imóvel."

(...)

"**Art. 235.** (...)

(...)

§ 2º. Quando em áreas públicas, as atividades de comércio e serviço deverão observar as seguintes condições:

I – as atividades de comércio e serviço ambulantes poderão ser realizadas em ruas, calçadas, parques e praças, desde que utilizem estruturas removíveis e sem fixação no solo.

II – as atividades de comércio e serviço fixas poderão ser realizadas em praças, parques e sistemas de lazer, apenas em estruturas construtivas do poder público concedidas para uso de munícipes por meio de chamamento público.

III – os modelos de bancas, barracas e construções a serem licenciados deverão seguir o padrão definido pela Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente.

IV – o processo de licenciamento deverá atender ao disposto no decreto a ser regulamentado no prazo de 60 dias da publicação desta Lei.

§ 3º. As bancas de jornais e revistas existentes no Município passam a ser consideradas atividades de comércio e serviço fixas, com a permissão de venda dos produtos permitidos para os ambulantes, e poderão permanecer nos seus locais pelo prazo de 5 (cinco) anos, até que sejam substituídas pelas novas unidades comerciais do poder público, de forma gradual e segundo a disponibilidade orçamentária municipal.

§ 4º. Não serão permitidas atividades de comércio e serviço em Áreas Verdes e Áreas Institucionais de Equipamento Urbano Comunitário realizadas por pessoa física, conforme Decreto nº 31.672, de 04 de agosto de 2022.

§ 5º. Serão permitidas atividades de comércio e serviço ambulantes nas calçadas, com as seguintes exceções:

- a) em calçadas com largura inferior a 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros);
- b) em frente a guias rebaixadas;
- c) em frente a residências, sem anuência do morador;
- d) em frente a portões de acesso a edifícios e repartições públicas, quartéis, hospitais, farmácias, bancos e estabelecimentos assemelhados;
- e) a menos de 10 (dez) metros da entrada de qualquer estabelecimento de ensino, igrejas e templos religiosos, monumentos e bens tombados;

f) a menos de 10 (dez) metros de esquinas, a contar do ponto de concordância em relação à rua pretendida;

g) a menos de 10 (dez) metros de pontos ou abrigos de ônibus ou táxis e equipamentos semaforicos.

§ 6º. Os veículos adaptados para gastronomia itinerante deverão:

a) ocupar uma vaga em estacionamento de veículos regulamentado pela Prefeitura, no caso de rua;

b) obter a concordância dos proprietários dos imóveis situados em frente à vaga a ser ocupada, no caso de rua;

c) obter a concordância dos moradores de ambos lados da área pública, no caso de via;

d) estar distante, no mínimo, 100 (cem) metros de lanchonete ou restaurante estabelecidos;

e) manter área para atendimento dos clientes que assegure a adequada circulação de pedestres, com faixa livre mínima de 1,20 m (um metro e vinte centímetros).

§ 7º. As condições para realização de atividades de comércio e serviço fixas e ambulantes em áreas públicas serão definidas pela UGPUMA por meio de Decreto no prazo de 60 dias da publicação desta Lei, que indicará:

I – o processo de seleção dos interessados;

II – as obrigações dos usuários e as restrições de uso;

III – os prazos da cessão de uso do espaço público;

IV – os modelos de bancas e unidades comerciais a serem adotados pelos comerciantes.

§ 8º. Quando a atividade ambulante for realizada em imóvel particular, o requerente deverá apresentar comprovação de posse do imóvel ou um instrumento legal de cessão do direito de uso, caso não seja o proprietário do imóvel, e a Certidão de Uso do Solo com a permissão da atividade no local.

"Art. 236. (...)

I – Ind.1: Baixo potencial poluidor (BPP): são as indústrias que não realizam operações de tratamento térmico, tratamento superficial e fundição de metais; não realizam operações de lavagem e/ou desinfecção de material plástico para recuperação; sejam instalados em imóveis Rurais inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR), com Reserva Legal averbada e/ou cadastrados no sistema SICAR-SP ou em imóveis Urbanos; tenham capacidade de armazenamento de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP inferior a 4.000 kg (quatro mil quilos); não realizem queima de combustíveis, exceto associado à cocção de alimento com técnicas domésticas ou em equipamentos com massa inferior a 30 kg; não excedam os critérios de porte da tabela SILIS da CETESB, **podendo ser realizadas na condição de uso familiar ou em**

condição artesanal, segundo regulamentação a ser estabelecida por decreto no prazo de 90 dias da publicação desta Lei.

(...)"

(...)

"**Art. 237.** Quando implantadas em glebas com área de até 40.000 m² (quarenta mil metros quadrados) e com testada insuficiente para assegurar, mediante desmembramento, a frente mínima para as áreas públicas, os conjuntos de comércio e serviço e os conjuntos industriais poderão destinar como Áreas Livres de Uso Público - ALUP e Áreas de Equipamento Urbano Comunitário - AEUC outros imóveis urbanos situados a uma distância máxima de 800 m (oitocentos metros) do empreendimento pretendido.

(...)

"**Art. 243.** (...)

§ 1º Para entendimento das atividades produtivas de alimentos artesanais referidas no Quadro II-b, do Anexo II de Permissibilidade de Usos, considera-se Produção Artesanal:

I – a produção com emprego de técnicas e utensílios predominantemente manuais, e/ou o uso de equipamentos de processamento de pequeno porte ou rudimentares, cujo maquinário diferencie a produção artesanal do modelo produtivo de fabricação em escala de produtos padronizados;

II – a produção de alimentos realizada a partir de matérias-primas de origem animal ou vegetal de produção própria ou de origem determinada, preferencialmente localmente produzida;

III – o processamento a ser realizado por pessoas que detenham o saber fazer integral do processo de elaboração, com uso de receita própria ou com características culturais, regionais ou tradicionais do produto;

VI - o uso restrito ao mínimo de ingredientes químicos e industrializados utilizados no preparo.

§ 2º Para efeito da análise de solicitação de Certidão de Uso do Solo, as atividades artesanais são descritas nas Categorias e Classes CNAE 2.0 de Produção Artesanal, do Quadro IV, do Anexo II de Permissibilidade de Usos, devendo ser enquadradas de acordo com o inciso III, do artigo 236, dos Usos industriais, como de impacto leve (graus de complexidade W, entre 2 e 3).

§ 3º Nos casos de solicitação de Certidão de Uso do Solo de atividade artesanal de produção de alimentos de origem animal, o estabelecimento deverá ser passível de registro no SIM Jundiaí de acordo com a Lei nº 9.233,

de 03 de julho de 2019, que revisa o Serviço de Inspeção Municipal de Jundiaí – SIM Jundiaí, para que goze do benefício da análise.

§ 4º Nos casos de solicitação de Certidão de Uso do Solo de atividade artesanal de produção de cervejas e chope, a fabricação pelo estabelecimento não poderá exceder seis mil hectolitros por ano, e que obrigatoriamente, a produção esteja associada à venda direta ao consumidor final.

(...)

Art. 243 – O inciso VI está com a numeração incorreta: considerando a sequência o correto é “IV”. O Quadro indicado § 2º não existe. O correto é “Quadro II-b”.

VII – Rur.7 - agroindústria artesanal, compreendendo atividades que atuem na produção artesanal de produtos de origem agrosilvopastoril, de forma individual ou coletiva e se enquadrem como indústria de baixo potencial poluidor, ou fabricação artesanal de bebidas alcoólicas, sucos de frutas, produtos de perfumaria e higiene pessoal ou fabricação de produtos e subprodutos de carne.

(...)

"Art. 248. (...)

(...)

§ 2º Nos imóveis urbanos com frente para as vias que constituem divisa de zoneamento, exceto quando uma das zonas for de uso industrial, serão permitidos os usos, e respectivos parâmetros de utilização do terreno, previstos para ambas as zonas de uso do solo, até a profundidade de 50 m (cinquenta metros).

(...)

§ 4º A permissibilidade de instalação de cada estabelecimento de uso comercial, de serviços ou industrial será definida independentemente da sua classificação para fins fiscais, comerciais ou outros distintos dos critérios

urbanísticos e considerará, prioritariamente, a descrição da atividade tal como requerida pelo interessado.

(...)

§ 6º Quando a atividade pretendida, tal como descrita pelo interessado, for considerada permitida, mas a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) requerida incluir operações ou processos proibidos no local, os documentos de licenciamento expedidos pelo Município, desde a certidão de uso do solo, aprovação de projeto até a expedição de alvará, incluirão as observações contendo as restrições impostas."

(...)

(Comdema)

- *Artigo 248*

§ 2º - *Colocar 60 m (sessenta metros).*

“Art. 250 (...)

(...)

§ 1º Os usos do solo tolerados poderão ser ampliados ou alterados, desde que sejam atendidos os seguintes requisitos:

I - as novas atividades sejam de igual ou menor grau de incomodidade àquelas exercidas ou licenciadas no local, em relação às condições de permissibilidade previstas nesta Lei;

II - os usos fiquem restritos ao terreno existente anteriormente à vigência desta Lei e a ampliação não implique na anexação de outros imóveis, devendo respeitar os parâmetros de ocupação do solo definidos nesta Lei;

III - a ampliação não exceda 20% (vinte por cento) das instalações existentes e consideradas toleradas;

IV - a atividade absorva todos os impactos gerados, inclusive vagas de veículos.

§ 2º A critério do CMPT os requisitos descritos nos incisos II e III do parágrafo 1º deste artigo poderão ser dispensadas se atendidas as seguintes condições:

I - O imóvel a ser anexado ao existente para permitir a ampliação possua remanescentes florestais protegidos que devam ser preservados;

II - a área ocupada pelos remanescentes florestais seja superior a 10.000 m²;

III - 75% da área total do imóvel a ser anexado seja gravada como área de preservação permanente e transferida ao poder público;

IV - A taxa de ocupação do conjunto dos imóveis, existente e a ser anexado, seja inferior à taxa de ocupação do imóvel existente reduzida em 40%;

V - A taxa de ocupação do conjunto dos imóveis, existente e a ser anexado, seja inferior a 75% da taxa de ocupação máxima prevista para zona de uso do solo onde estão situados os terrenos.

VI – a proposta seja avaliada e aprovada pelo CMPT.

(...)

Art. 250

§ 2º - (comentário) : Entendemos complicado quando um conselho passa a fazer a análise que os técnicos da Prefeitura devem fazer.

"**Art. 252.** (...)

(...)

II - O acesso de veículos, entrada e saída, deverá ser realizado pela via que permite a atividade de uso pretendida, exceto nos casos em que a análise técnica realizada pela UGMT e UGPUMA conclua que esta exigência pode ser dispensada."

(...)

“Art. 255. A permissibilidade das atividades no Município será informada por meio da Certidão de Uso do Solo a ser solicitada no sítio oficial eletrônico do Município.”

(...)

"Art. 257. (...)

(...)

§ 1º Para atendimento da permeabilidade mínima do solo, será aceita proposta de sistema equivalente de infiltração de água no solo em até 50% (cinquenta por cento) do valor especificado para a Zona, e composta por uma das seguintes soluções, ou da composição entre elas:

I - área gramada com aplicação de calçamento vazado;

II - caixa de infiltração de águas pluviais;

III - pavimento em concreto permeável considerado o respectivo índice de permeabilidade atestado em Laudo Técnico elaborado por empresa ou laboratório habilitado;

IV - jardim de chuva executado em área pública do sistema viário ou destinada à instalação de equipamento público comunitário, ou ainda parte de área livre de uso público destinada à sistema de lazer com extensão de 50% da área permeável a ser compensada.

§ 2º Nos projetos de reforma e ampliação em imóveis com área de terreno de até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), a taxa de permeabilidade poderá ser adotada em 100% (cem por cento) pelas soluções indicadas nos incisos I, II, III e IV do §1º deste artigo.

§ 3º No caso previsto no inciso IV do parágrafo primeiro deste artigo as especificações e a área para a construção do jardim de chuva serão definidas pela Unidade de Gestão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente.

(...)

(Comdema)

- Artigo 257

§ 4º - No ZRC poderá ser ocupado 100%

"Art. 258. (...)

§ 1º Nos lotes da Macrozona Urbana, exceto os situados na Zona de Conservação Ambiental (ZCA), poderão ser adotadas as taxas de ocupação máxima e de permeabilidade mínima indicadas no Quadro 7 a seguir, mantidos os índices de aproveitamento especificados neste artigo, sempre que resultarem em condições mais favoráveis para a utilização dos terrenos de pequenas dimensões.

(...)

§ 3º Nas Zonas Especiais de Regularização Fundiária de Interesse Específico (ZERF), os lotes resultantes dos parcelamentos regularizados passarão a seguir os parâmetros urbanísticos das zonas de uso do solo em que estiverem inseridos.

§ 5º Nas glebas, serão adotadas taxas de ocupação e coeficientes de aproveitamento iguais a 80% (oitenta por cento) dos valores estabelecidos para os lotes situados na zona industrial, e de 70% (setenta por cento) para os lotes situados nas demais zonas de uso do solo.

(Comdema)

(...)- *Artigo 258*

Quadro 6 – Ocupação ZRC polígono – 100% / Restante da zona 90%

"Art. 260. (...)

I - nos usos habitacionais, desde que observada a cota de garagem máxima igual a 32 m² (trinta e dois metros quadrados) por vaga situada acima do nível da rua e a totalidade da área de garagem situada no subsolo;

(...)

Art. 261. (...)

(...)

§ 1º Os recuos frontal, laterais e de fundo são determinados em função da localização do terreno e da altura da edificação, conforme exposto no Quadro 10, a seguir:

Quadro 10 - Recuos mínimos das edificações

Zona de Uso do Solo	Recuos (m)		
	Frontal	Laterais	Fundos
Reabilitação Central *sem redução na esquina	0 (polígono)	0 ($h \leq 7m$)	0 ($h \leq 7m$) 2 ($7 < h \leq 12m$)
	2 (restante)	2 ($7 < h \leq 12m$) um lado H/6 ($h > 12m$)	
Qualificação dos Bairros	4	soma dos recuos laterais mínimo de 2m de cada lado	H/6 ($h > 12m$)
Preservação dos Bairros			mínimo de 2m de cada lado
Desenvolvimento Urbano			
Conservação Ambiental			
Especial Interesse Social 2			
Uso Industrial *área administrativa **área operacional	4* 8**	H/6 mínimo de 2m de cada lado	H/6 mínimo de 2m de cada lado
Desenvolvimento Rural	10	-	-
Proteção da Serra dos Cristais			
Especial Interesse Social 1			
Especial Regularização Fundiária	-	-	-
Especial Proteção Ambiental			

(...)

§ 4º. O recuo frontal poderá ser ocupado por vaga descoberta que ocupe até 50% (cinquenta por cento) da testada.

(...)

§ 8º Nos terrenos de loteamentos fechados com frente para via interna e fundos para uma via externa, o recuo frontal mínimo em relação ao muro de fechamento será de 2,00 metros.

§ 9º Na Zona de Reabilitação Central (ZRC) o recuo frontal dos dois primeiros pavimentos poderá ser reduzido de 4,00 para 2,00 metros, desde que ele seja incorporado ao passeio público permitindo sua extensão e seu alargamento.

(Comdema)

- Artigo 261 - **Quadro 10 – Recuos mínimos das edificações**

A informação de recuo “mínimo de 2m de cada lado” está em conflito com a regra que h menor que 7m é zero de recuo. (Coluna Laterais e Fundos).

"Art. 262. (...)

Quadro 11 - Altura máxima das edificações

Zona de Uso do Solo	Altura Máxima (m)	
Zona de Reabilitação Central - ZRC	Na ZRC	Em ZEIS 2 na ZRC
Polígono do Patrimônio	17,50	17,50
Via de Acesso ao Lote	10,50	17,50
Via de Circulação	28,00	42,00
Via de Concentração	42,00	42,00
Via Estrutural	56,00	42,00
Zona de Qualificação dos Bairros - ZQB (*) À jusante da Rod. dos Bandeirantes, a altura máxima permitida será de 8 pavimentos, 24m.	Na ZQB	Em ZEIS na ZQB
Acesso ao lote	10,50	10,50
Via de Circulação	14,00	28,00
Via de Indução	42,00	42,00
Via de Concentração	42,00	56,00
Via Estrutural	56,00	56,00
Zona de Preservação dos Bairros - ZPB	Na ZPB	Em ZEIS na ZPB
Acesso ao lote	10,50	10,50
Via de Circulação	10,50	10,50
Via de Indução	14,00	28,00
Via de Concentração	28,00	28,00
Via Estrutural	28,00	28,00
Zona de Desenvolvimento Urbano – ZDU	Na ZDU	Em ZEIS na ZDU

Acesso ao lote	10,50	10,50
Via de Circulação	28,00	28,00
Via de Indução	42,00	42,00
Via de Concentração	70,00	70,00
Via Estrutural	70,00	70,00
Zona de Conservação Ambiental - ZCA	10,50	10,50
Zona de Uso Industrial	42,00	42,00
Zona Especial de Interesse Social 1 - ZEIS 1	-	
Zona Especial de Interesse Social 2 - ZEIS 2	28,00	
ZPB		
Demais zonas	42,00	
Zonas Especiais – ZERF e ZEPAM	-	
Zona de Proteção Hídrica e Desenvolvimento Rural	7,00	
Zona de Proteção da Serra dos Cristais	7,00	

§ 7º A altura máxima das edificações nos imóveis com frente para vias de indução, concentração ou estruturais na Zona de Reabilitação Central (ZRC), excetuado o Polígono de Proteção do Patrimônio Histórico, Zona de Desenvolvimento Urbano (ZDU) e Zona de Qualificação de Bairros (ZQB) poderá ser ampliada mediante a redução da taxa de ocupação, de acordo com a seguinte fórmula:

$H_{max} = H_n + (T_{Omax} - T_{Op})/2$, onde:

H_{max} = altura ampliada, limitada a 84 metros;

H_n = Altura prevista no Quadro 11;

T_{Omax} = taxa de ocupação prevista no Quadro 6 do art. 258, expressa em percentual (%);

T_{Op} = taxa de ocupação utilizada no projeto, expressa em percentual (%).

(...)

§ 9º Nas edificações cujo afastamento do alinhamento da rua seja superior a 20,00 m (vinte metros), a altura deverá ser medida a partir da cota do terreno natural, no centro geométrico da área de ocupação do prédio, acrescida de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros).

§ 10. Nos terrenos de esquina ou com várias frentes será admitido, para as ruas de menor importância, um recuo frontal igual à metade daquele determinado pelo critério descrito no § 4º do art. 262 desta Lei."

(...)

(Comdema)

- Artigo 262

Quadro 11 – Altura máxima das edificações

ZRC	Na ZRC	Em ZEIS 2 na ZRC
<i>Polígono do Patrimônio</i>	28,00	28,00
<i>Via de Acesso ao Lote</i>	28,00	28,00
<i>Via de Circulação</i>	42,00	42,00
<i>Via de Concentração</i>	56,00	56,00
<i>Via Estrutural</i>	70,00	70,00

ZQB	Na ZQB	Em ZEIS na ZQB
<i>Acesso ao lote</i>	14,00	14,00
<i>Via de Circulação</i>	28,00	28,00
<i>Via de Indução</i>	42,00	42,00
<i>Via de Concentração</i>	56,00	56,00
<i>Via Estrutural</i>	70,00	70,00

ZPB	Na ZPB	Em ZEIS na ZPB
<i>Acesso ao lote</i>	14,00	14,00
<i>Via de Circulação</i>	14,00	14,00
<i>Via de Indução</i>	28,00	28,00

<i>Via de Concentração</i>	<i>28,00</i>	<i>28,00</i>
<i>Via Estrutural</i>	<i>42,00</i>	<i>42,00</i>

<i>ZDU</i>	<i>Na ZDU</i>	<i>Em ZEIS na ZDU</i>
<i>Acesso ao lote</i>	<i>28,00</i>	<i>28,00</i>
<i>Via de Circulação</i>	<i>28,00</i>	<i>28,00</i>
<i>Via de Indução</i>	<i>42,00</i>	<i>42,00</i>
<i>Via de Concentração</i>	<i>70,00</i>	<i>70,00</i>
<i>Via Estrutural</i>	<i>70,00</i>	<i>70,00</i>

§ 7º - Corrigir o texto, pois o entendimento de “excetuoado o Polígono de Proteção do Patrimônio Histórico” poderá ser estendido as demais zonas descritas na sequência do parágrafo.

§ 9º - Mudar para superior a 30,00 m (trinta metros).

"Art. 263. (...)

Quadro 12 - Quota de terreno mínima por unidade habitacional

Zona de Uso do Solo	QTmin (m²/unid.)	
	Horizontal	Vertical
Zona de Reabilitação Central - ZRC	125	12 (exceto acesso ao lote)
Zona de Qualificação dos Bairros - ZQB	125	16
Zona de Preservação dos Bairros - ZPB	250	30 (concentração e estrutural) 40 (indução)
Zona de Desenvolvimento Urbano - ZDU	125	16 (circulação, indução) 12 (concentração, estrutural)

Zona de Uso Industrial - ZUI	-	-
Zona de Conservação Ambiental - ZCA	1.000	-
Zona Especial de Interesse Social 1 - ZEIS 1	-	-
Zona Especial de Interesse Social 2 - ZEIS 2	125 (unifamiliar) 62,50 (sobreposta)	10
Zona Especial de Regularização Fundiária - ZERF	125	-
Zona Especial de Proteção Ambiental - ZEPAM	-	-
Zona de Proteção Hídrica e Desenvolvimento Rural	5.000	-
Zona de Proteção da Serra dos Cristais	5.000	-

Parágrafo único. Na Zona de Preservação dos Bairros (ZPB), a cota mínima de terreno para Habitação Multifamiliar Horizontal implantada em lotes com área igual ou inferior a 2.000 m² (dois mil metros quadrados) será admitida de 150 m² (cento e cinquenta metros quadrados)."

(Comdema)

- *Artigo 263*

- *ZQB mudar Vertical para 12,5m*

- *ZDU manter "acesso lote"*

- *ZEIS 2 tirar do texto "unifamiliar"*

(...)

"**Art. 264.** (...)

(...)

§ 3º Os espaços necessários ao estacionamento de veículos, embarque e desembarque, carga e descarga e vagas especiais deverão estar contidos nos limites do terreno onde será implantado o empreendimento, em local próximo aos acessos às edificações e com dimensões compatíveis com a demanda produzida.

(...)

§ 9º Nas edificações destinadas ao uso religioso, creches, escolas infantis, escolas de 1º (primeiro) e 2º (segundo) graus, cinema ou teatro, o número de vagas de estacionamento será determinado considerando apenas as áreas construídas destinadas às atividades administrativas, descontando os espaços os espaços reservados ao culto (nave), salas de aula e auditórios."

(...)

(Comdema)

- Artigo 264:

§ 3º - *Regulamentar dimensões compatíveis com demanda produzida.*

"Art. 275. (...)

(...)

III - na requalificação urbana de áreas densamente ocupadas ou impermeabilizadas, com extensão de uma quadra ou superior a 5.000 m², cuja redução das taxas de ocupação e impermeabilização permitirá ampliar o coeficiente de aproveitamento e reduzir o valor da outorga onerosa de acordo com as expressões abaixo:

a) $C_{aa} = C_{amax} + 1,5(T_{oa} - T_{op})/100$, onde:

C_{aa} = coeficiente de aproveitamento ampliado;

C_{amax} = coeficiente de aproveitamento máximo definido para o local;

T_{oa} = Taxa de ocupação atual expressa em porcentagem;

T_{op} = Taxa de ocupação proposta no projeto de requalificação expressa em porcentagem;

b) $V_{ro} = V_o * Top/Toa * Tip/Tia$, onde:

V_{ro} = Valor reduzido da outorga onerosa;

V_o = Valor da outorga onerosa determinado pela Lei nº 9.321/2019;

T_{op} = Taxa de ocupação proposta no projeto de requalificação;

T_{oa} = Taxa de ocupação atual expressa;

Ti_p = Taxa de impermeabilização proposta no projeto de requalificação;

Ti_a = Taxa de impermeabilização atual.”

(...)

(Comdema)

- *Artigo 275:*

Inciso I – Incluir o uso residencial no benefício da “ocupação incentivada ou condicionada”.

“**Art. 280.** É vedada a supressão de qualquer forma de vegetação, salvo para a realização de obras, empreendimentos e atividades de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental, previstas na Lei n° 12.651/2012, que comprovadamente não possam localizar-se em outra área.

§ 1° É permitida, a critério do órgão ambiental competente, a supressão de pequenos fragmentos florestais para garantir a implantação de atividades compatíveis com os objetivos da respectiva Zona de Uso do Solo, desde que atendidos os critérios e restrições determinados pelo Órgão Estadual Competente em atendimento ao Decreto no 43.284/1998, que regulamentou as APAs de Jundiá e Cabreúva.”

(...)

(Comdema)

- *Artigo 280:*

Reescrever o caput do artigo, pois diz que “não pode nenhuma supressão” e em seguida no §1° diz que “é permitido”.

"**Art. 285.** (...)

(...)

§1º (...)

(...)

III - anexação: o reagrupamento de lotes, até o limite das dimensões máximas estabelecidas para as quadras, desde que a operação não interfira com o sistema viário existente, nem imponha qualquer outra modificação nos logradouros já existentes, ou de glebas;

(...)"

(...)

"**Art. 289.** (...)

(...)

IV - áreas públicas, devendo perfazer 30% (trinta por cento) da área total da ser parcelada quando situada na Zona de Conservação Ambiental (ZCA), e 25% (vinte e cinco por cento) nas demais áreas da Macrozona Urbana, observados os seguintes percentuais mínimos:

(...)

VI - (...)

(...)

c) ter arborização implantada, obedecendo ao projeto técnico específico aprovado pelo órgão municipal competente.

VII – comprimento máximo das quadras e dimensões mínimas dos lotes, conforme Quadro 14, a seguir:

Quadro 14 - Dimensões de quadras e testadas

Zona de Uso do Solo	Testada mínima (m)	Área mínima de terreno (m²)	Dimensão máxima de quadra (m)
Zona de Reabilitação Central	8	200	200
Zona de Qualificação dos Bairros			
Vias Estruturais	20	250	200
Demais vias	10		
Zona de Preservação dos Bairros			200

Vias Estruturais	20	500	
Demais vias	10		
Zona de Desenvolvimento Urbano			
Vias Estruturais	20	500	200
Demais vias	10	250	
Zona de Uso Industrial	15	500	300
Zona de Conservação Ambiental	20	1.000	300
Zona Especial de Interesse Social 2	6	125	200

(...)

§ 9º. Nos loteamentos de interesse social deverão ser transferidos à FUMAS, mediante doação, lotes ou áreas para o atendimento as famílias de baixa renda, de acordo com o zoneamento, conforme descrito a seguir:

I - Em áreas demarcadas como ZEIS 2 indicadas nos Mapas 2 e 6 desta Lei: 10% do total dos lotes ou 12% da área total em um único lote;

II – Nas áreas da Macrozona Urbana que vierem a ser requeridas e aceitas como ZEIS 2, nos termos do artigo 202, inciso II, in fine:

Zona de Uso do Solo do Loteamento	Lotes ou área a ser doada	
	N.º Lotes	Extensão da Área
ZRC	0	0
ZDU	5% do total de lotes	6% da área total
Demais Zonas	10% do total de lotes	12% da área total

(...)

§ 11. Nos projetos de loteamentos de interesse social em trâmite, protocolados na vigência das legislações anteriores, a oferta de unidades do art.137, inciso III, da Lei Municipal n.º 7.858/2012, a doação dos lotes gerados conforme artigo 61 da Lei Municipal n.º 8.683/2016, ou outra previsão legal de doação ou oferta de unidades ou lotes a FUMAS ou à Prefeitura, poderá, a critério do requerente, ser aplicada, até a expedição da certidão de aprovação final do loteamento, a conversão para pagamento em pecúnia ao Fundo Municipal de Habitação, observados os percentuais das leis vigentes à data do protocolo.

§ 12. Os valores do pagamento em pecúnia ou das obras de construção de habitações de interesse social, referidos no § 10, serão calculados pela FUMAS, à época do pedido, e corresponderão a soma do valor de avaliação da gleba, mais o custo de produção das obras de infraestrutura, acrescido de uma remuneração máxima de 20% (vinte por cento).

§ 13. Com a finalidade de estimular a reciclagem do uso dos terrenos de grandes dimensões situados na zona urbana consolidada e que foram ocupados por estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços ou industriais, o percentual de destinação das áreas livres de uso público no caso de desmembramento em lotes poderá ser reduzido para 10% da área total da gleba.

§ 14. As áreas livres de uso público destinadas ao sistema de lazer e as vias de pedestres com largura mínima de 10,00 m (dez metros) e comprimento máximo de 200 m (duzentos metros), quando atravessarem as quadras interligando duas vias existentes ou projetadas serão consideradas limitadoras do comprimento das quadras.

§ 15. As vias de pedestres a que se refere o parágrafo 13 deste artigo poderão gerar testadas para os lotes e classificadas de forma a permitir o uso comercial com a instalação de estabelecimentos de pequeno porte.

§ 16. A exigência de dimensão máxima das quadras, definida no Quadro 14 desta Lei, poderá ser dispensada quando não for determinada por diretrizes viárias ou quando for demonstrada a inviabilidade ou inconveniência técnica decorrente da forma ou topografia do terreno ou da existência de atributos naturais como cursos d'água ou remanescentes de vegetação protegida que impeçam a implantação de via.

§ 17. Nos projetos de desmembramentos as Áreas Livres de Uso Público - ALUP, e as Áreas de Equipamento Urbano e Comunitário - AEUC poderão ser destinadas em imóvel de outra matrícula, desde que:

I – sejam mantidas na matrícula do imóvel parcelado, como Áreas Livres de Uso Público – ALUPs, aquelas correspondentes às Áreas de Preservação Permanente e as que contenham remanescentes de vegetação;

II – as áreas destinadas em outro imóvel estejam situadas na mesma sub-bacia hidrográfica, quando se tratar da Zona de Conservação Ambiental (ZCA), e no mesmo bairro quando se tratar de outra zona de uso do solo e;

III – A distância entre os limites do imóvel objeto do desmembramento e os das áreas públicas situadas em outra matrícula não seja superior a 300 m (trezentos metros).

§ 18. Nas áreas públicas, a relação entre a área e a testada, ou soma das testadas, deve ser igual ou inferior a 50 m (cinquenta metros)"

(...)

(Comdema)

- *Artigo 289:*

Onde está § 9º tem que ser § 10º.

Quadro – Concordamos com o incentivo a produção ZEIS2 em áreas onde o custo da terra é muito alto.

§ 13º Verificar se conflita com Decreto da APA

§ 16º - Inciso III - Aumentar a distância de 300m para 1000m.

§ 17º - Reescrever colocando testada mínima do setor.

Art. 290. O Município poderá aceitar projeto especial de parcelamento em lotes com dimensões inferiores às mínimas definidas para Zona de Conservação Ambiental e Zona de Preservação dos Bairros, desde que a solução proposta assegure que as áreas desvinculadas dos lotes sejam acrescidas às áreas verdes públicas.

§ 1º A medida tratada no caput deste artigo não deve permitir que os lotes resultantes tenham área inferior a 300m² (trezentos metros quadrados), quando situados na Zona de Conservação Ambiental; e 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), quando situados na Zona de Preservação dos Bairros.

§ 2º O projeto especial de que trata o caput deste artigo deve ser fundamentado pelo seu proponente, em memorial justificativo, que será objeto de análise por parte do órgão municipal competente.

§ 3º Para promover a proteção dos remanescentes florestais e a ampliação das áreas livres de uso público as áreas desvinculadas dos lotes que tiveram a dimensão reduzida nos parcelamentos situados na Zona de Conservação Ambiental poderão ser destinadas em outras matrículas, desde que:

I – os imóveis que integrarão as áreas livres de uso público estejam situadas na Bacia do Rio Jundiá Mirim quando se tratar de parcelamentos de áreas da Zona de Conservação Ambiental situadas na mesma bacia hidrográfica;

II - os imóveis que integrarão as áreas livres de uso público estejam situados na Zona de Conservação Hídrica definida no Decreto Estadual n.º 43.284, de 03 de julho de 1.998, quando se tratar de parcelamentos de áreas situadas em outros locais da Zona de Conservação Ambiental.

§ 4º Nos casos previstos no parágrafo 3.º deste artigo a extensão das áreas situadas em matrículas distintas da do imóvel a ser parcelado deverá corresponder à totalidade das áreas desvinculadas dos lotes acrescidas em 20%.

§ 5º Os percentuais de 25% áreas livres de uso público e de 5% de área de equipamento urbano comunitário não incidirão sobre as áreas destinadas em outra matrícula.

§6º Nos projetos especiais de parcelamento previstos neste artigo, os lotes deverão ter dimensões tais que a relação entre a profundidade equivalente e a testada seja inferior a 2,5m (dois metros e meio)."

(Comdema)

Art 290

§ 1º - NÃO CONCORDAMOS COM A REDUÇÃO DAS ÁREAS DOS LOTES DE 500² PARA 300M² em ZONA DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL.

O parcelamento mínimo nas ZCAs sempre foram de 1000m², passou para 500²m² desde que as áreas desvinculadas dos lotes fossem acrescidas às áreas verdes e ainda conforme o parágrafo 3º poderão estar em outras bacias. Ora, se é ZCA alguma razão há, não?

Somos contra as transferências de áreas verdes. Vamos criar bolsões super adensados em ZCAs, e pior, áridos e sem vegetação. Se foram classificadas como ZCA, devem ter vegetação e permeabilidades, recuos, áreas verdes e alups, garantidas no próprio

empreendimento. Verificar se não há incompatibilidades com o Decreto da APA.

(...)

"Art. 294. (...)

(...)

VI - a compatibilidade com o Plano de Mobilidade Urbana, conforme Lei Municipal nº 9.752, de 26 de abril de 2022."

(...)

"Art. 295. (...)

(...)

IV - indicação, sobre o levantamento topográfico, das declividades entre 20% e 30% (vinte e trinta por cento), 30% e 45% (trinta e quarenta e cinco por cento) e superiores a 45% (quarenta e cinco por cento), devidamente destacadas, bem como as posições das infraestruturas urbanas existentes com as quais o loteamento será conectado;

(...)

§ 4º Não é obrigatória a solicitação de diretrizes para o desenvolvimento, apresentação e aprovação de projetos nos seguintes casos:

I - para a anexação de lotes ou glebas ou para a divisão de área, tal como definidos no art. 285 desta Lei;

II – para a aprovação de residências ou estabelecimentos vinculados ao turismo rural em glebas da Macrozona Rural;

III – para a regularização de edificações existentes quando situadas fora de áreas de preservação permanente ou atingidas por alinhamentos viários."

(...)

"Art. 296. (...)

(...)

§ 3º Os novos loteamentos poderão adotar a forma fechada, a título precário, desde que:

I - a condição de loteamento fechado seja manifestada quando da solicitação das diretrizes;

II - as vias projetadas se articulem com o sistema viário do Município, assegurando a continuidade das vias principais, existentes ou projetadas, de acordo com as diretrizes específicas definidas pela Municipalidade;

III - as áreas institucionais e pelo menos a parcela de 25% (vinte e cinco por cento) das Áreas Livres de Uso Público (ALUP) - não coincidentes com Áreas de Preservação Permanente (APP) ou remanescentes florestais - estejam localizadas fora do perímetro fechado;

IV - a manutenção das áreas públicas localizadas dentro do perímetro fechado seja realizada às expensas da entidade representativa dos proprietários, que deverá estar regularmente constituída;

V – o loteamento não possua mais de 500 (quinhentos) lotes.

VI – haja a instalação de placas de identificação junto à portaria e ao longo de muros de fechamento, de acordo com indicação do Município, informando as condições do fechamento, o direito ao acesso e o uso das áreas públicas.

§ 4º Caso a condição de loteamento fechado seja informada à Municipalidade em data posterior à da expedição das diretrizes, estas serão reavaliadas e poderão ser alteradas para adequação à nova situação.

§ 5º A autorização para fechamento nas condições definidas nas diretrizes deverá ocorrer no ato da aprovação do loteamento, inclusive no que se refere à instalação de portaria em área pública.

§ 6º O sistema viário interno e as Áreas Livres de Uso Público (ALUP) serão objeto de concessão de uso especial à entidade representativa dos proprietários.

§ 7º A qualquer tempo, os loteamentos fechados previstos poderão ser revertidos à forma aberta, por interesse do Município ou da maioria absoluta dos moradores."

(...)

“Art. 323 (...)

§ 1º. Os parcelamentos de solo considerados de interesse específico para fins de regularização fundiária integram a Zona de Regularização Fundiária (ZERF) e são indicados no Mapa 2 (Zoneamento) e no Mapa 5 (Cadastro Fundiário) do Anexo I, e atualizados de forma permanente no Portal GeoJundiaí.”

“Art. 329. Os lotes resultantes dos parcelamentos regularizados passarão a seguir os parâmetros urbanísticos das zonas de uso do solo em que estiverem inseridos.

(...)

“Art. 345 (...)

§ 1º Nos processos em trâmite na data de publicação desta Lei, o interessado poderá optar pela análise integral nos termos da legislação vigente.

§ 2º Excluem-se do disposto no parágrafo 1º os projetos de loteamento de interesse social, para efeito do pagamento em pecúnia dos lotes a serem transferidos à FUMAS.

(...)

“Art. 346-A. A contrapartida financeira referente à outorga onerosa do direito de construir utilizando o potencial construtivo adicional, determinada de acordo com os critérios definidos no artigo 104 desta Lei para empreendimentos habitacionais construídos em terrenos da Zona de Reabilitação Central, será dispensada quando se tratar de projetos de edifícios com predominância do uso residencial.

Parágrafo único. O disposto neste artigo será aplicado exclusivamente aos empreendimentos cujos projetos forem apresentados até 31 de dezembro de 2024 e cujas obras forem concluídas com habite-se solicitado até 31 de dezembro de 2028.”

(Comdema)

Art. 346-A e Parágrafo único

Entendemos que a dispensa do pagamento da outorga na ZRC deveria ser para todo tipo de empreendimento lá permitido, residencial, comercial ou serviços. A ZRC deveria conter estímulos para ocupação. O centro está sendo esvaziado e ocupado por atividades marginalizadas. Qualquer atividade que traga as pessoas para o centro é bem vinda, contribui para segurança, gera emprego e renda em um local provido de infraestrutura.

Parágrafo Único: (Comentários) : Um empreendimento leva muito tempo para ser produzido, pensado. Só a aprovação na prefeitura demanda anos, EIV, RIT. E conseguir um empreendedor ou financiamento também. Infelizmente tudo muito demorado.

É preciso um prazo razoável....

Art. 347 (...)

ANEXO I – MAPAS

Mapa 01: Macrozoneamento e Sistema Hídrico (atualizado)

Mapa 02: Zoneamento e Sistema viário (atualizado)

Mapa 03: Cadastro Histórico e Cultural

Mapa 04: Remanescentes de Vegetação Nativa

Mapa 05: Cadastro Fundiário **(atualizado)**

Mapa 06: Cadastro de Interesse Social

Mapa 07: Direito de Preempção

Mapa 08: Rede Cicloviária

Mapa 09: Divisão Regional para Representação do CMPT

Mapa 10: Cadastro do Espaço Aéreo

ANEXO II – QUADROS

Quadro I: Categorias de Uso e permissibilidade por zona e via

Quadro IIa: Atividades de Economia Criativa

Quadro IIb: Atividades de Produção Artesanal (novo)

Quadro III: Vagas de Estacionamento

(...)

Parágrafo único. As informações contidas nos Mapas do Anexo I representam os estudos existentes até a data de publicação desta Lei, podendo ocorrer atualizações permanentes em função da aprovação de projetos pelo Município, sendo disponibilizadas no Portal GeoJundiáí, para livre consulta dos munícipes."

(Comdema)

*Anexo II – Quadro I
Permissibilidade de Usos*

Zona de Reabilitação Central - ZRC

1 Habitação – Habitação multifamiliar permitir habitação unifamiliar item 4 e tirar “2 unidades” como regra para justapostas e sobrepostas.

2 Fluxo leve – Tirar o porte de restaurante e escritório.

3 Fluxo concentrado – Permitir tudo em vias de acesso ao lote.

4 Ruído diurno – Permitir em vias de acesso ao lote e tirar porte.

5 Ruído noturno – Permitir em vias de acesso ao lote e tirar porte / Exigir tratamento acústico nas edificações que serão utilizado.

7 Especial

- 2 permitir albergue em todas as vias

- 5 permitir bar em vias de acesso ao lote e tirar porte, inclusive Polígono
- 6 permitir estacionamento leve em vias de acesso ao lote, inclusive Polígono.
- 7 e 8 tirar porte
- 12, 13 e 14 permitir em vias de concentração
- 15 e 16 tirar porte

8 Indústria

- 1, 2, 3 e 4 permitir em vias de acesso ao lote, tirar porte

Zona de Qualificação dos Bairros – ZQB

2 Fluxo leve – Permitir em vias de acesso ao lote

7 Especial

- 2, 3 e 4 permitir em vias de indução
- 6 permitir em vias de acesso ao lote
- 25 – permitir em vias de circulação
- 26 – permitir em vias de concentração

8 Indústria

- 2, 3 e 4 permitir em vias de circulação

9 Rural

- 2 permitir em lotes de via de indução, concentração e estrutural

Zona de Preservação dos Bairros – ZPB

9 Rural

- 5, 6 e 7 permitir em vias de indução para frente

Zona de Desenvolvimento Urbano – ZDU

9 Rural

- 5, 6 e 7 permitir em todas as vias

Zona de Uso Industrial – ZUI

9 Rural

- 7 permitir indústria artesanal em todas as vias

Zona de Conservação Ambiental – ZCA

2 Fluxo leve

- 2 e 3 permitir em vias de acesso ao lote

3 Fluxo concentrado

- Permitir em todas as vias, inclusive ensino superior, exceto em vias de acesso ao lote

7 Especial

- 1 usar densidade ZEIS2 – e permitir em vias de acesso ao lote
- 25 densidade ZEIS2 – e permitir em vias de circulação

9 Rural

- 5, 6 e 7 permitir em vias de acesso ao lote

Art. 348 (...)

(...)

VII – A Lei Municipal n.º 6759, de 27 de novembro de 2006, que regula permissão de uso de áreas públicas para comércio de jornais e revistas;

VIII – O Decreto Municipal n.º 21.303, de 18 de julho de 2008, que regulamenta a instalação de bancas de jornais e revistas em área pública. e

IV – as seguintes disposições da Lei Municipal n.º 9.321, de 2019:

- a. a alínea "f" do inciso I do art. 12;
- b. o inciso VI do art. 136;
- c. o parágrafo único do art. 139;
- d. o parágrafo 3.º do artigo 211;
- e. o parágrafo 2º e o parágrafo 3º do art. 263;
- f. as alíneas "d" e "e" do inciso VI do art. 289.

(Comdema)

Referente ao Artigo 3º da Minuta, discordamos da revogação da alínea “e” do Inciso VI do Artigo 289.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO MACHADO

Prefeito

Propostas e sugestões	Artigos
UGAAT	36A, 46, 64, 243
UGMT	136, 138, 264, 294
UGPUMA Departamentos	49, 69, 124, 126, 216, 217, 221, 234, 235, 236, 248, 252, 255, 258, 260, 261, 263, 285, 289, 295, 296, 323, 347, 348
UGPUMA – Gestor	103, 104, 185-A, 202, 211, 228, 229, 234, 237, 248, 257, 275, 346-A
UGGF	129, 183
UGCC	250, 290
FUMAS	262, 285, 289, 345
RESOLUÇÃO SIMA	280

Comdema Observações da CTUOS :

Observações:

1 - Não encontramos os quadros de uso para Zona de Proteção Hídrica e Desenvolvimento Rural (ZPHD).

2 – Sugerimos Criar lei Municipal específica de política pública para corredor de Ave e Fauna, com urgência, uma vez que em nosso município, que é uma APA, passam várias rodovias.

3- Somos contrários às seguintes ressetorizações pontuais propostas:

- a) Item 1- Mapa 2 Zoneamento – Bairro Rio das Pedras, hoje ZCA/ZPH e desenvolvimento rural para retornar ao zoneamento vigente em 2004 – ZCA

Justificativa: Considerando que essa área é dotada de reserva hídrica muito importante para o município, e sabendo que há projeto de implantação de 3 represas na região, entendemos que retornar a ZCA, não é apropriado. A proposta carece de justificativa técnica;

b) Item 2 - Mapa 2 Zoneamento – Bairro Medeiros hoje ZCA passaria para Zona de Preservação de Bairros, sob a justificativa de “... atender demanda da comunidade – proc. 16.047-9/20 e 9.867-7/21 “

Justificativa: Não recebemos estudos técnicos que fundamentam essa proposta.

c) Item 5 – Mapa 2 Zoneamento – Bairro Bom Jardim, hoje ZPH para Zona de Qualificação de Bairros.

Justificativa: Não recebemos estudos técnicos que fundamentam essa proposta.

d) Item 7 – Mapa 2 Zoneamento – Bairro Corrupira, hoje ZPH para ZCA, cuja justificativa apresentada “...por solicitação de proprietários – proc. 5.417-5/21 e 5.414-2/21 – equiparação do macrozoneamento com áreas vizinhas que em 2019 se tornaram urbanas.”

Justificativa: Não recebemos estudos técnicos que fundamentam essa proposta.

e) Item 9 – Mapa 2 Zoneamento – Bairro Pracatú, hoje integra o Território de Gestão da Serra do Japi (Lei 417/2004), para Zona de Qualificação de Bairros (ZQB) –

Justificativa: Não recebemos parecer do CGSJ, que consideramos de suma importância, uma vez que está havendo modificação do Território de Gestão e conseqüentemente na lei que o criou (417/04).

Entendemos que, quando da elaboração da Lei 417/04, o Anchieta já existia, e mesmo assim, a área onde se situa foi incluída no Território de Gestão. Assim questionamos: quais os motivos que levaram os estudiosos à época e incluir essa área no Território de Gestão?

A área edificada pela faculdade Padre Anchieta – Campus, foi ampliada significativamente, com obras que resultaram na retirada de vasta vegetação, houve algum TAC?

A ressetorização compreende somente a área do Anchieta?

Acreditamos que, abriremos um precedente muito perigoso, uma vez que os demais proprietários de áreas do bairro Pracatu, poderão futuramente pedir equiparação ao zoneamento vizinho.

Qual o estudo geológico que existe dessa área, uma vez que está na encosta de um morro e conseqüentemente, uma área de fragilidade de solo

- f) *Item 10 – Bairro Bom Jardim – hoje ZPH para Zona de qualificação de bairro.*

Justificativa: *Quais os estudos técnicos levaram a essa proposta?*

- g) *Item 11 – Bairro Tijuco Preto – ZCA para ZQB – solicitação da Fumas -*

Justificativa: *Quais os estudos técnicos?*

- h) *Item 14 – Bairro Poste – ZCA para ZQB*
Justificativa apresentada – “ possibilitar maior adensamento para investimento em infraestrutura”

Justificativa: *Essa proposta carece de melhor justificativa, principalmente técnica.*

4- Por fim, um elogio e um pedido: Achamos louvável a elaboração do Cap. XI da Política Municipal de Mitigação das Mudanças Climáticas arts. 185-A e B, no entanto lembramos que a Lei 9.321/19 – Plano Diretor tem muito ainda a ser regulamentado ou criado em termos de Política Ambiental, citamos o art. 56 – Plano Municipal Ambiental até hoje não desenvolvido – Plano Municipal de Conservação e recuperação da Mata Atlântica e Cerrado, até hoje não regulamentado; Plano Municipal de Arborização Urbana, entre outros instrumentos de política pública ambiental que precisam ser implantados ou revistos.

Esse é o nosso Parecer que submetemos a apreciação da Plenária.

Câmara Técnica de Uso e Ocupação do Solo, em 17 de outubro de 2.023.

Membros:

José do Café Rodrigues_____

Liliana Capobianco Palhares_____

Nivaldo Callegari_____

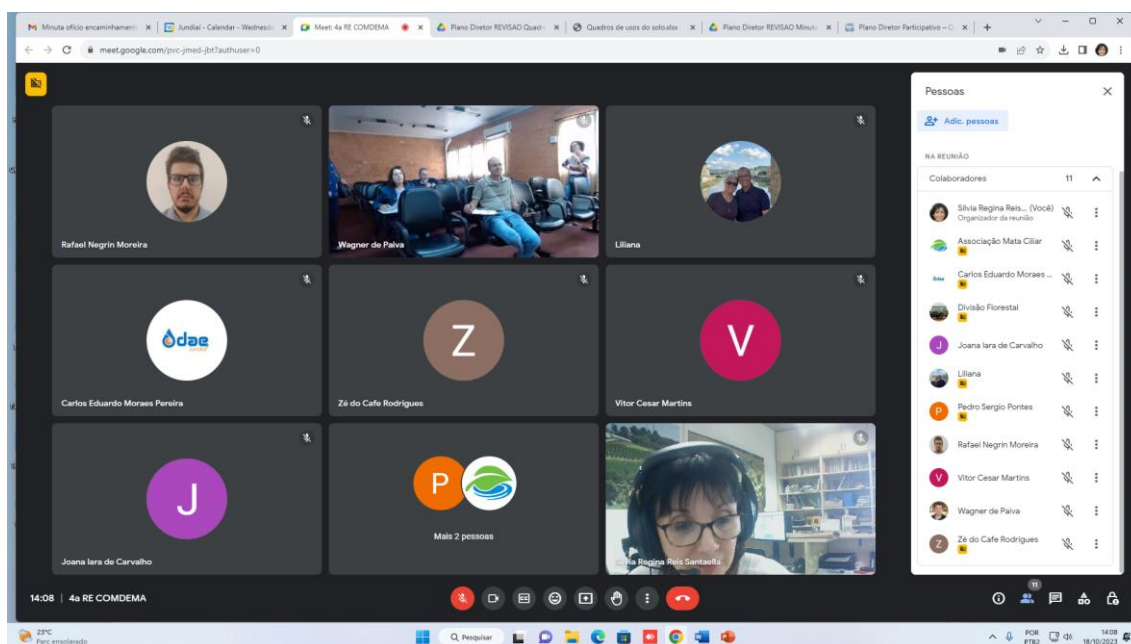
Sabrina de Lucci_____

Vânia de Fátima Plaza Nunes_____

Os artigos e comentários do Parecer que compõem esta ata foram lidos e aprovados um a um durante a reunião pelos conselheiros presentes. A reunião foi encerrada às dezoito horas e cinco minutos. Os secretários Sílvia Santaella e Wagner de Paiva, lavraram a presente ata que leva como anexo imagens da reunião, a “Convocação da 4ª Reunião Extraordinária” e a lista de presença.

Jundiaí, 18 de outubro de 2023.

ANEXOS



Representantes da Sociedade Civil				
Grupo	Entidade	Membro	Nome	Assinatura
Sindicato de Trabalhadores	1	tit.		
		Supl.		
	2	tit.		
		Supl.		
	3	tit.		
		Supl.		
	4	tit.		
		Supl.		
Sindicato Patronal	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo	tit.	Liliana Capobianco Palhares	Presente
		supl.		

	2	tit.		
		Supl.		
Entidades Comunitárias de Bairros	Associação de Moradores Fazenda Campo Verde	tit.	Fabio Pereira Campos Alves	Presente
		supl.	Rafael de Godoi	
	Associação de Moradores Terra Nova	tit.	José do Café Rodrigues	Presente
		supl.	Rodrigo Pavan Rodrigues	
	Associação dos Amigos dos bairros de Santa Clara, Vargem Grande, Cagassu e Paiol Velho	tit.	Sílvia Lúcia Vieira Cabrera Merlo	Presente
		supl.	Eliana Carbonari Schiozer	
	Associação de Moradores do Bairro do Caxambu e Região	tit.	Márcia Moraes Torolio	
		supl.		
	5			
6				
Representantes da Sociedade Civil				
Entidade		Membro	Nome	Assinatura
Demais Associações	PROEMPI – Associação das Empresas e Profissionais do Setor Imobiliário de Jundiaí e Região	tit.	Nivaldo José Calegari	Presente
		supl.		
	Associação dos Engenheiros de Jundiaí	tit.	Sabrina Olivato de Lucci	Presente
		supl.	José Carlos de Souza	
	CRECI-SP	tit.	Celino Rodrigues Coelho	

		supl.	Ivair Sebastião Rodrigues	
	Mitra Diocesana de Jundiá	tit.	Graciela Silva Carvalho Testa	
		supl.	Raquel Gomes Valli Honigmann	
	Associação Mata Ciliar	tit.	Samuel de Oliveira Nunes	Presente
		supl.	Cristina Harumi Adania	
Organizações Não Governamentais	Fundação Antonio Antonieta Cintra Gordinho	tit.		
		supl.	Alex Pereira Pinto	
	Centro de Orientação Ambiental Terra Integrada – Coati	tit.	Flávio Gramolelli Júnior	Presente
		supl.	Caio Molena	
Escolas Particulares		tit.		
		Supl.		

Trabalhadores da área de Meio Ambiente

Entidade		Membro	Nome	Assinatura
Esfera Municipal	Unidade de Gestão de Promoção da Saúde – VISAM	tit.	Rafael Irineu Castelli	Presente
	UG de Planejamento Urbano e Meio Ambiente – DMA	tit.	Vitor Cesar Martins	Presente
	UG de Planejamento Urbano e Meio Ambiente – DMA	supl.	Joana Iara de Carvalho	Presente
	DAE S/A Água e Esgoto	tit.	Carlos Eduardo Moraes Pereira	Presente
	DAE S/A Água e Esgoto	supl.	Rosemeire Aparecida Moreira	
	UG Educação	tit.	Walkíria Plaza Nunes	Presente
	UG Educação	supl.	Adriana Uemori	
	Defesa Civil – UG Casa Civil	tit.	João Osório Gimenez Germano	
	Defesa Civil – UG Casa Civil	supl.	Robson Teixeira Neves	

	UG Infraestrutura e Serviços Públicos – UNIDAM	Tit.	Rudislei Santos	
	UG Infraestrutura e Serviços Públicos – UNIDAM	supl.	Anelise Marcos de Assumpção Padovani	
	Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS	tit.	Jean Michael Araújo Leinthier	
	Fundação Municipal de Ação Social – FUMAS	supl.	Rafael Negrin Moreira (Port. 115, 28/7/23)	Presente
Esfera Estadual	Corpo de Bombeiros 19º GB	tit.	Oswaldo Julião Junior	
	Corpo de Bombeiros 19º GB	supl.	Flavio Medrado de Souza	
	Casa da Agricultura de Jundiaí	tit.	Flávia Regina Pestana Tirlone	
	Casa da Agricultura de Jundiaí	supl.	Bruno Ceneviva Fornazari	
Administração Pública Municipal e Administração Pública Estadual				
Entidade		Membro	Nome	Assinatura
UGPUMA	Gestor UGPUMA	tit.	Sinéio Scarabello Filho	
	Departamento de Meio Ambiente	supl.	Wagner de Paiva	Presente
UGPS	Vigilância Epidemiológica	tit.	Daniele Cristina Marques Texera	
		Sup	Mariana Freire Oliveira Martin da Silva	
DAE S/A – Água e Esgoto		tit.	Cristina Katsuco Okano	
		supl.	José Antônio Ferreira	
CIAS		tit.	Hélio Carletti Frigeri	
		supl.	Michele Camila Chinellato	
UGISP	Departamento Parques, Jardins e Praças	tit.	Fernando Almeida Muçouçah	
	Departamento Parques, Jardins e Praças	supl.	Renato Steck	
UGADS		tit.	Heloisa da Graça Buratti	
		supl.		
FSJ – UGAAT	Fundação Serra do Japi	tit.	Vania Plaza Nunes	Presente
	Departamento de Agronegócio	supl.	Silvia Regina Reis Santaella	Presente
		tit.	Elisabete Rocha Urtado	Presente

Diretoria de Ensino		supl.	Carla Zanella Medeiros	
Polícia Florestal		tit.	José Augusto Bravo	Presente
		supl.	Juliano Machado dos Passos	
Divisão de Engenharia Agrícola do IAC		tit.	Pedro Sérgio Pontes	Presente
		supl.	Sônia Elisabete Pereira	
Convidados				
Entidade			Nome	Assinatura

**CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
COMDEMA – JUNDIAÍ-SP**

**CONVOCAÇÃO 4ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA COMDEMA
GESTÃO 2021/2023**

Prezados Conselheiros,

Ficam convocados para a 4ª Reunião Extraordinária do COMDEMA - gestão 2021/2023, a ser realizada no em 18 de outubro de 2023, às 14 h **em formato híbrido**, presencial no Campus Anchieta, Prédio 3, Auditório, e remoto por meio da Plataforma GoogleMeet, por meio do link de acesso:

<https://meet.google.com/pvc-jmed-jbt>

PAUTA ÚNICA

**Parecer da Câmara Técnica de Uso de Ocupação do Solo – CTUOS
Assunto: Proposta de alteração do Plano Diretor – Lei 9.321/2019**

SÍLVIA LÚCIA VIEIRA CABRERA MERLO

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA